

## **AS RELAÇÕES BRASILEIRO-PARAGUAIAS NA ERA PÓS-LUGO: UMA ANÁLISE PROSPECTIVA.**

Brazil-Paraguay relations in the post-Lugo era: a prospective analysis.

*Tomaz Espósito Neto<sup>1</sup>*

### **INTRODUÇÃO**

Nas últimas semanas, a comunidade internacional assistiu pasma a mais uma ruptura política na América Latina. O Congresso paraguaio destituiu Fernando Lugo da Presidência da República do Paraguai por meio de um processo de *impeachment* polêmico.

Diante desse impasse, a política interna do Paraguai e as relações internacionais na América do Sul entraram em um período de incertezas. O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise prospectiva dos impactos da atual conjuntura política paraguaia sobre as relações brasileiro-paraguaias. Para tanto, faz-se necessária uma análise sucinta das causas da destituição de Lugo e das suas repercussões internacionais.

Entre os diversos questionamentos e debates suscitados por esse episódio, um se destaca: a queda de Lugo foi um golpe de Estado? Ou, pelo contrário, o *impeachment* ocorreu de acordo com os trâmites políticos normais e dentro da legalidade?

Ainda hoje, os intelectuais, jornalistas e autoridades de diversas vertentes ideológicas se dividem sobre o tema. As discussões na arena internacional reverberam essa divisão (BALZA, 2012).

---

<sup>1</sup> Professor Assistente do Curso de Relações Internacionais da FADIR / UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados). Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: tomazeneto@gmail.com

As repercussões internacionais do *impeachment* de Lugo foram as mais variadas: desde a aprovação da Alemanha e do Vaticano, passando por um “ruidoso silêncio” dos Estados Unidos, até as duras condenações de Venezuela, Argentina e Equador. Esses países implementaram sanções políticas, como a suspensão da participação do Paraguai em fóruns multilaterais, em especial no Mercosul e na Unasul. Alguns Estados, como a Venezuela, foram além e impuseram sanções comerciais e econômicas ao Estado paraguaio, como, por exemplo, um embargo no fornecimento de petróleo venezuelano. Aliás, existem fortes indícios de que Caracas tentou insuflar uma “contrarrevolução” para restituir Lugo ao Palácio López (VEJA, 2012).

A suspensão do Paraguai do Mercosul e da Unasul foi a medida mais polêmica, pois equivaliu a uma condenação do processo de *impeachment* e significou apoio político à Lugo. A base legal de tais medidas encontra-se nos Protocolos de Ushuaia (1998)<sup>2</sup> e Ushuaia 2 (2011) (EXAME, 2012; PALÁCIOS: 2012).

Além da introdução e das considerações finais, o texto está dividido em três partes: a primeira examina sinteticamente a ascensão e a queda de Fernando Lugo da Presidência da República do Paraguai; a segunda analisa as repercussões internacionais do *impeachment*; por fim, na última parte são examinados os prováveis desdobramentos dessa crise política no âmbito das relações brasileiro-paraguaias.

A presente obra foi elaborada a partir da análise de uma bibliografia selecionada, de notícias publicadas por alguns dos principais periódicos brasileiros e paraguaios e de documentos tais como a Constituição paraguaia.

## **A ASCENSÃO E QUEDA DE FERNANDO LUGO: DE LIDERANÇA PROMISSORA À PRESIDENTE DEPOSTO.**

---

<sup>2</sup> O Protocolo de Ushuaia estabelece no seu artigo quarto: “No caso de ruptura da ordem democrática em um Estado Parte do presente Protocolo, os demais Estados Partes promoverão as consultas pertinentes entre si e com o Estado afetado” (USHUAIA, 1998, p. 2-3). Já no artigo quinto: “Quando as consultas mencionadas no artigo anterior resultarem infrutíferas, os demais Estados Partes do presente Protocolo, no âmbito específico dos Acordos de Integração vigentes entre eles, considerarão a natureza e o alcance das medidas a serem aplicadas, levando em conta a gravidade da situação existente. Tais medidas compreenderão desde a suspensão do direito de participar nos diferentes órgãos dos respectivos processos de integração até a suspensão dos direitos e obrigações resultantes destes processos.” (USHUAIA, 1998, p. 3).

Em 2008, o povo paraguaio elegeu Fernando Lugo presidente do Paraguai com 40,8% do total de votos (GAIO, 2012). O discurso da mudança e da esperança foi a base de toda a campanha eleitoral do ex-bispo, que prometia, entre outras coisas, geração e distribuição de renda e, sobretudo, romper com as tradicionais elites políticas e econômicas paraguaias, representadas principalmente pelo Partido Colorado (JULIANO, 2008).

Certamente a eleição de Lugo foi um feito histórico: representava o crescimento da influência de “novas” forças políticas paraguaias (tais como sindicatos, Igreja Católica, movimentos sociais, organizações não governamentais); acabava com a hegemonia política de décadas do Partido Colorado, que governava o Paraguai desde 1954; e, aparentemente, iniciaria uma nova era na política paraguaia.

Apesar da derrota na eleição presidencial, o Partido Colorado e seus aliados controlavam o Legislativo, o Judiciário, a imprensa e grande parte da economia paraguaia. Desde sua posse, Lugo enfrentou uma oposição política ferrenha dessas forças, que impuseram entraves à agenda de reformas propostas pelo Executivo.

No início do seu mandato, Lugo empregou todo o seu capital político na renegociação dos termos do Tratado de Itaipu. Seu objetivo era aumentar os ganhos do Estado paraguaio com a venda de energia elétrica ao Brasil, para, então, aumentar os investimentos estatais nos setores sociais (PECEQUILO & HAGE, 2007).

Apesar de o Estado paraguaio ter obtido uma vitória parcial com o aumento da remuneração pela venda da energia de Itaipu Binacional (OLIVEIRA, 2012), grande parte desse dinheiro se perdeu na corrupção da burocracia paraguaia. Poucos recursos chegaram aos setores mais empobrecidos, que não tiveram uma melhoria real nas condições de vida.

Essa conjuntura pode explicar o aumento das tensões sociais no Paraguai ao longo dos últimos anos, cujo ápice foi o incidente de Curuguaty, quando um grupo de sem-terra paraguaios, também conhecidos como *carperos*, entrou em confronto com as forças de segurança, o que resultou em 17 mortes (7 de militares e 10 de sem-terra) (ABC Color, 2012).

A despeito de todas as dificuldades políticas, Fernando Lugo tentou governar dentro das regras institucionais paraguaias. Contudo, os escândalos na sua vida pessoal, o fracasso em cumprir as suas promessas – como a realização de uma ampla reforma agrária –, a incapacidade de combater o EPP (Ejercito del Pueblo Paraguayo) (OESP, 2012), ou de debelar os grupos criminosos em território paraguaio, entre outros fatores, acabaram por erodir o capital político do Presidente.

A partir do incidente de Curuguaty, Lugo se viu isolado politicamente. De um lado, os grupos de esquerda abandonaram o governo, sob a alegação de que o Presidente não havia cumprido suas promessas eleitorais, e tampouco havia criado um diálogo com os movimentos sociais. A direita paraguaia, de outro lado, acusou o Presidente de promover a insegurança jurídica do país e a “partidarização” das instituições nacionais, como as forças armadas. O quadro 1 apresenta as cinco principais acusações contra Lugo.

#### **QUADRO 1: CINCO ACUSAÇÕES CONTRA LUGO**

A comissão de acusação apresentou documento com cinco argumentos contra o presidente:

1. Massacre de Curuguaty.
2. Protesto de grupos socialistas na sede das Forças Armadas, com a aprovação de Lugo - considerado um desrespeito à ordem nacional.
3. Assinatura arbitrária de um controverso protocolo, o que foi visto pelos opositores como um atentado à soberania da República.
4. Incapacidade do presidente em conter a insegurança que assola o país.
5. Instabilidade causada no campo, especialmente em Ñacunday, devido às invasões de terras – que teriam sido facilitadas por Lugo.

Fonte: VEJA, 2012.

Diante desse panorama político, o Congresso abriu um processo de *impeachment* contra Lugo por meio de uma interpretação “heterodoxa” do artigo nº 225 da Constituição do Paraguai de 1992, que reza:

**SECCIÓN VI  
DEL JUICIO POLITICO  
Artículo 225 - DEL PROCEDIMIENTO**

El Presidente de la República, el Vicepresidente, los ministros del Poder Ejecutivo, los ministros de la Corte Suprema de Justicia, el Fiscal General del Estado, el Defensor del Pueblo, el Contralor General de la República, el Subcontralor y los integrantes del Tribunal Superior de Justicia Electoral, **sólo podrán ser sometidos a juicio político por mal desempeño de sus funciones, por delitos cometidos en el ejercicio de sus cargos o por delitos comunes.**

La acusación será formulada por la Cámara de Diputados, por mayoría de dos tercios. Corresponderá a la Cámara de Senadores, por mayoría absoluta de dos tercios, juzgar en juicio público a los acusados por la Cámara de Diputados y, en caso, declararlos culpables, al sólo efecto de separarlos de sus cargos, En los casos de supuesta comisión de delitos, se pasarán los antecedentes a la justicia ordinaria. (PARAGUAY, 1992, p. 54, grifo do autor).

O Presidente da República teve apenas duas horas para se defender dessas acusações, o que violou os direitos constitucionais de presunção de inocência (artigos nº 17 e nº 23) e de ampla oportunidade de defesa (artigos nº 16 e nº 134).

**Artículo 16 - DE LA DEFENSA EN JUICIO**

**La defensa en juicio de las personas y de sus derechos es inviolable. Toda persona tiene derecho a ser juzgada por tribunales y jueces competentes, independientes e imparciales.**

**Artículo 17 - DE LOS DERECHOS PROCESALES**

En el proceso penal, o en cualquier otro del cual pudiera derivarse pena o sanción, toda persona tiene derecho a:

- 1. que sea presumida su inocencia;**
2. que se le juzgue en juicio público, salvo los casos contemplados por el magistrado para salvaguardar otros derechos;
- 3. que no se le condene sin juicio previo fundado en una ley anterior al hecho del proceso, ni que se le juzgue por tribunales especiales;**

[...]

7. la comunicación previa y detallada de la imputación, así como a disponer de copias, medios y plazos indispensables para la preparación de su defensa en libre comunicación;

8. que ofrezca, practique, controle e impugne pruebas;

[...]

(PARAGUAY, 1992, p. 4-5. grifo do autor).

Em 22 de junho de 2012 o poder legislativo paraguaio cassou o mandato de Fernando Lugo. O então vice-presidente Luis Frederico Franco tomou posse como Presidente da República. Independentemente da culpa – ou da inocência – de Lugo, a maneira como foi conduzida a questão pelo Congresso do Paraguai maculou de forma indelével o processo de *impeachment*. Poucos dias depois, a Suprema Corte paraguaia manteve a decisão do parlamento (ÉPOCA, 2012).

Nos dias consequentes, os órgãos de Estado e os meios de comunicação continuaram a funcionar normalmente. Algumas dessas instituições, como as Forças Armadas, são dominadas pelos membros do Partido Colorado desde a época de Stroessner. Aparentemente, a opinião pública ficou impassível diante dos acontecimentos, pois foram registrados pouquíssimos protestos dos partidários de Lugo (MORAES, 2000; LEWIS, 2006; GOIRIS, 2000).

Nesse episódio ficou patente a falta de habilidade de Lugo para construir e conservar uma base de sustentação política. Outro aspecto estranho foi o momento do *impeachment*, a poucos meses da eleição presidencial paraguaia e no início da campanha eleitoral. Até o momento da conclusão deste estudo, as autoridades paraguaias reafirmavam a manutenção do calendário eleitoral.

A Suprema Corte Paraguaia autorizou Lugo a concorrer por uma vaga no Senado na próxima eleição. Impediu, no entanto, que o ex-bispo se candidatasse à Presidência da República (GIRALDI, 2012).

## **AS REPERCUSSÕES INTERNACIONAIS DO PROCESSO DE IMPEACHMENT DE LUGO E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA AS RELAÇÕES EXTERIORES PARAGUAIAS**

Primeiramente, é importante destacar que o processo de *impeachment* de Lugo surpreendeu grande parte da comunidade internacional, pois ocorreu na mesma época das discussões da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, também conhecida como Rio + 20.

Curiosamente, as repercussões mais importantes desse episódio ocorreram no exterior. As opiniões da comunidade internacional se dividiram entre duras condenações e apoio ao *impeachment*. Grosso modo, poder-se-ia dividir as reações por esferas: sul-americana, hemisférica ocidental e multilateral global.

Os Estados sul-americanos condenaram a ação do Congresso paraguaio. Alguns, como a Venezuela e a Bolívia, implementaram sanções comerciais, como o embargo venezuelano ao fornecimento de petróleo e gás ao Paraguai (GIMUNDO, 2012). Outros, como o Brasil e o Chile, impuseram medidas políticas, como o não reconhecimento do novo governo. Ademais, o Paraguai foi suspenso da participação nas organizações regionais, como o Mercosul e a Unasul, até que um novo governo eleito assumira o Palácio López. O quadro atual mostra o Paraguai isolado e tratado como um “pária” dentro da comunidade regional.

Até o momento essas sanções não tiveram grande impacto na economia e na política paraguaia. Isso porque as linhas de financiamento de obras e investimentos anteriormente previstos foram mantidas (PATRIOTA, 2012). Tampouco se implementou um embargo comercial mais duro. As exceções são os cortes de fornecimento de petróleo venezuelano e de gás argentino, pois poderão fazer com que o povo paraguaio enfrente um racionamento energético no curto prazo (GOESP, 2012).

No entanto, os países sul-americanos discutirão nos próximos meses a crise paraguaia. Apesar de improvável, a temática da implementação de novas sanções econômicas e políticas poderá voltar à tona. Tudo dependerá da evolução do quadro político interno do Paraguai.

Na esfera hemisférica ocidental, os Estados foram muito cautelosos e aguardaram os desdobramentos iniciais do processo de *impeachment* de Lugo e as reações dos países sul-americanos, em especial do Brasil. Posteriormente, diversas organizações internacionais, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a União Europeia (UE) (OPERAMundi, 2012), enviaram missões especiais para acompanhar a situação política paraguaia.

A delegação da OEA, capitaneada pelo Sr. José Miguel Insulza (Secretário Geral), chegou a Assunção poucos dias após o *impeachment* e a suspensão do Paraguai da Unasul e do Mercosul.

Em seu relatório final, Insulza fez algumas ressalvas pontuais sobre a condução do processo de *impeachment*. Considerou, no entanto, que a destituição de Lugo ocorrera dentro da legalidade e do pleno funcionamento das instituições políticas paraguaias. Ademais, expressou sua discordância em relação à ação de outros países e de outras organizações que adotaram medidas contra o governo provisório do Paraguai:

Some regional organizations, whose participating states are all also member states of this Organization, have already adopted measures against the government of Paraguay. Consequently, some of those countries have also proposed suspending Paraguay's participation, applying to that end Articles 20ff of the Inter-American Democratic Charter.

While fully respecting those decisions and without entering into a discussion of the basis for them, **I consider that the adoption by the OAS of a similar measure would not contribute to the achievement of our objectives. In contrast, implementing those objectives by stepping up the active presence of OAS organs would help to avoid exacerbating the divisions within Paraguayan society and the country's political system and avoid causing unnecessary suffering among the people of Paraguay** [...]

Some countries have proposed convening a meeting to the Ministers of Foreign Affairs to consider the situation in Paraguay. I believe that a discussion at that level could allow constructive solutions to be sought, so long as it is kept in mind that the common aim joining all the member states is to strengthen democracy in Paraguay and, ultimately, throughout the region. Bearing that objective in mind, rather than encourage sanctions, we should unite in an approach that focuses the Organization's support toward dialogue with a medium- and long-range vision that involves Paraguay's political actors in resolving the present state of affairs (OEA, 2012, s.p., grifo do autor).

Essa missão foi muito importante para a evolução da crise política paraguaia, pois respaldou o processo de *impeachment*, proveu certa legitimidade internacional ao governo de Frederico Franco, demonstrou as linhas mestras de ação da diplomacia norte-americana para a questão e criou uma fissura política no Mercosul.

Representantes do governo provisório do Paraguai expressaram, por diversas vezes, seu profundo descontentamento com os países membros do Mercosul e da Unasul, especialmente Brasil e Venezuela. Afirmaram que o Estado paraguaio

avaliará sua permanência nessas instituições e buscará fortalecer a parceria com outros Estados, especialmente Estados Unidos e China.

A propósito, o USTR (United States Trade Representative)<sup>3</sup> iniciou uma ofensiva comercial no Uruguai e no Paraguai que poderá ameaçar os alicerces do Mercosul. Uma simples visita ao site do USTR revela que os Estados Unidos já possuem, ou negociam, acordos bilaterais de preferência tarifária ou de livre comércio com a grande maioria dos países americanos. O Mercosul é o último grande empecilho para a concretização de um dos objetivos da política comercial norte-americana: a total abertura comercial das economias do continente americano aos produtos estadunidenses.

Já na esfera multilateral global, o tema da crise paraguaia não teve repercussão nenhuma. A agenda internacional está dominada pela crise humanitária na Síria e pelo problema nuclear no Irã. Assim, a “questão paraguaia” foi relegada a um segundo plano.

Diante desse panorama, cabe a pergunta: qual foi a atuação brasileira nesse episódio? Quais serão os impactos do *impeachment* de Lugo sobre as relações brasileiro-paraguaias?

## **A ATUAÇÃO BRASILEIRA NA CRISE POLÍTICA PARAGUAIA E SUAS POSSÍVEIS REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES BRASILEIRO-PARAGUAIAS.**

Em primeiro lugar, é fundamental o reconhecimento de que, a despeito das assimetrias de poder, o Paraguai é um importante parceiro político e econômico do Brasil, pois é membro fundador do Mercosul, é sócio equânime de Itaipu Binacional – que gera aproximadamente 25% da energia consumida pelo mercado brasileiro –, possui uma grande comunidade de brasileiros residentes em seu território – chamados de “brasiguaios” –, e recebeu vultosos investimentos brasileiros, sejam eles estatais ou privados.

A pauta das relações bilaterais é extensa. Os projetos de cooperação vão desde o combate aos ilícitos transnacionais (como o tráfico de drogas, o contrabando e a

---

<sup>3</sup> Departamento dos Estados Unidos responsável pela política comercial norte-americana.

lavagem de dinheiro) ao controle fitossanitário (como o combate à febre aftosa) (LIMA, 2012)<sup>4</sup>. O Estado paraguaio é um dos maiores receptores de ajuda externa brasileira (ver Tabela 1).

**TABELA 1: MAIORES RECEPTORES DA AJUDA HUMANITÁRIA INTERNACIONAL DO BRASIL—2005-2009**

Receptores	R\$	%
Nicarágua	2.047.781,37	1,32
Equador	2.154.393,43	1,39
Peru	2.219.346,84	1,43
Argentina	2.849.023,02	1,83
Jamaica	3.928.526,00	2,53
Guiné Bissau	5.409.910,10	3,48
Bolívia	6.122.786,66	3,94
Paraguai	6.258.347,56	4,03
Organizações internacionais	13.938.107,92	8,97
Honduras	15.646.603,87	10,07
Território palestino	19.943.464,16	12,84
Haiti	29.840.307,15	19,21
Cuba	33.523.648,54	21,59
Demais países	11.419.858,24	7,35

Fonte: Levantamento da Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional.

Fonte: IPEA, 2010, p. 26.

A despeito das recentes crises econômicas internacionais e do considerável comércio ilegal fronteiriço, o comércio brasileiro-paraguaio regular é crescente (ver Tabela 2).

**TABELA 2: O COMÉRCIO ENTRE BRASIL E PARAGUAI (2005-2011)**

Ano	Exportações brasileiras (US\$. FOB)	Importações brasileiras (US\$. FOB)	Saldo
2005	962.720.724	318.935.985	643.784.739
2006	1.233.638.638	295.899.121	937.739.517
2007	1.648.191.224	434.120.360	1.214.070.864

<sup>4</sup> Para maiores informações visitar o site do MRE/DAI (<http://dai-mre.serpro.gov.br/>).

2008	2.487.561.397	657.517.295	1.830.044.102
2009	1.683.902.379	585.440.640	1.098.461.739
2010	2.547.907.945	611.400.544	1.936.507.401
2011	2.968.573.383	715.890.466	2.252.682.917

Fonte: SECEX / MDIC (2012)

Isso posto, o Brasil atuou com muita cautela e moderação. Não se deixou levar pelos “rompantes bolivarianos” de outros países. A diplomacia brasileira estudou a situação e decidiu qual seria a melhor abordagem a ser adotada somente após uma reunião da alta cúpula governamental, em que estavam presentes a Presidente da República, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro da Defesa e o Ministro das Minas e Energia (G1, 2012).

O Brasil considerou o processo de *impeachment* de Lugo como um “rito sumário”, pois o Congresso paraguaio não permitiu o amplo direito de defesa ao ex-presidente. Aceitou impor algumas sanções políticas, como a suspensão temporária do Paraguai do Mercosul e da Unasul até que se realizassem novas eleições presidenciais. No entanto, trabalhou para evitar a imposição de duras sanções comerciais (CAMAROTI, 2012) e políticas, como a expulsão do Paraguai do Mercosul.

Não tomaremos nenhuma decisão que prejudique a população paraguaia ou qualquer medida de natureza econômica. Ficou claro que prosseguirão os programas de cooperação com o Paraguai, por exemplo, sobre o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (os recursos somam anualmente US\$ 100 milhões e o Paraguai tem direito a 48% deles). (PATRIOTA, 2012, sem página).

A propósito, a diplomacia brasileira aproveitou a suspensão do Paraguai no Mercosul para formalizar a entrada definitiva da Venezuela no bloco. Ações como essa infligiram certo desgaste à imagem brasileira perante a sociedade paraguaia.

Parte da elite política paraguaia expressou abertamente o seu descontentamento com a atuação da política externa brasileira nos episódios da destituição de Lugo e da entrada da Venezuela no Mercosul. Alguns sugeriram que o Paraguai deveria reorientar sua política externa e reduzir a influência brasileira na sua economia. No entanto, esses apelos não reverberaram no governo provisório.

O governo do Brasil empreende agora uma política de redução de danos à imagem brasileira no Paraguai e de cooptação das elites daquele país. Os principais canais de comunicação entre as autoridades dos dois países estão abertos. Brasília sinalizou que tem interesse na manutenção dos projetos de cooperação atualmente em andamento.

Existem rumores de que o Palácio do Planalto prepara um pacote financeiro e de investimentos para diminuir a insatisfação da elite paraguaia. A única grande condição imposta para sua liberação seria o compromisso dos atuais governantes com a realização de eleições livres, limpas e democráticas no próximo ano (MONFORTE, 2012). Com isso, espera-se manter o Paraguai no Mercosul, reduzir a intensidade das críticas paraguaias em relação à “liderança brasileira” e à entrada da Venezuela no Mercosul, e evitar a penetração política e comercial de outros Estados, em especial China e Estados Unidos, na região.

Apesar do flerte das autoridades paraguaias com a China e os Estados Unidos e das ameaças de sair do Mercosul, o Paraguai provavelmente não fará grandes alterações em sua atuação internacional, pois os custos de uma guinada radical em sua política externa seriam muito altos. O comércio exterior paraguaio, por exemplo, depende em quase sua totalidade dos portos argentinos, brasileiros e uruguaios para se efetivar. Ademais, Brasil, Argentina e Uruguai são os maiores parceiros comerciais do Paraguai. O Palácio López, contudo, pressionará por uma política mais agressiva na redução das assimetrias no Mercosul.

Temas polêmicos – como a questão dos “brasiguaios” nas proximidades da faixa de fronteira e o interminável debate sobre a renegociação dos termos do Tratado de Itaipu – estão temporariamente suspensos. Provavelmente, esses debates voltarão à tona no próximo governo. Sua intensidade, entretanto, dependerá do pacote financeiro e dos investimentos a serem realizados pelo Brasil no Paraguai.

Salvo aconteça alguma grande reviravolta política inesperada, as relações brasileiro-paraguaias se manterão provavelmente estáveis. Um novo impulso nos vínculos bilaterais ocorrerá somente após a próxima eleição presidencial no Paraguai, em 2013, quando o cenário político interno do país ficará mais claro.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atual crise política paraguaia é um grande desafio para a diplomacia brasileira. Até agora, o Brasil foi muito cauteloso e moderado no trato da questão.

Apesar de condenar a condução do processo de *impeachment* de Lugo e de ter implementado algumas sanções políticas, o governo brasileiro impediu o completo isolamento do Paraguai, manteve os canais oficiais de comunicação abertos e deixou também abertas as portas para a reconciliação com o governo paraguaio.

Este é o momento do Brasil exercer sua liderança sobre a região e mostrar ao mundo que é um verdadeiro *global player* nas relações internacionais contemporâneas. Para tanto, a diplomacia brasileira deve conseguir uma saída negociada para a crise paraguaia que, ao mesmo tempo, ressalte a importância da democracia como um valor caro a toda comunidade sul-americana e respeite a soberania interna paraguaia. Equacionar esse problema complexo não é tarefa fácil. As recompensas, contudo, serão proporcionais ao desafio. Será que o Brasil agigantar-se-á ou apequenar-se-á?

A resposta a essa pergunta definirá, em grande medida, o papel brasileiro na arena internacional. É hora de agir, o mundo está nos observando. Com a palavra, as autoridades de Brasília.

## REFERÊNCIAS

ABC Color. Jornal. **Dantesco enfrentamiento en colonia de Curuguaty.** *ABC Color.* Disponível em: <<http://www.abc.com.py/edicion-impresa/politica/dantesco-enfrentamiento--en-colonia-de-curuguaty-414759.html>> Acesso em: 23/07/2012

BALZA, Guilherme. **Queda de Lugo no Paraguai opõe América Latina a EUA e Europa.** Uol notícias. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2012/06/24/13-paises-rechacam-e-quatro-aceitam-deposicao-de-lugo-no-paraguai.htm>>. Acesso em: 21/07/2012

CAMAROTI, Gerson. *Dilma adverte Venezuela para retomar fornecimento de petróleo ao Paraguai.* G1. Disponível em: <<http://g1.globo.com/platb/blog-do-camarotti/2012/06/29/dilma-averte-venezuela-para-retomar-fornecimento-de-petroleo-ao-paraguai>> Acesso em: 25/07/2012

ÉPOCA, Revista. **Suprema Corte do Paraguai rejeita recurso de Lugo para anular julgamento.** *Revista Época.* Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Mundo/noticia/2012/06/suprema-corte-do-paraguai-rejeita-recurso-de-lugo-para-anular-julgamento.html>> Acesso em: 20/07/2012

EXAME, Revista. **Franco: 'golpista' foi o Mercosul ao suspender Paraguai.** *Exame.* Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/mundo/noticias/franco-diz-que-golpista-foi-o-mercosul-ao-suspender-o-paraguai>> Acesso em: 23/07/2012

FIGUEIRA, Ariane. **Relações diplomáticas Brasil - Paraguai e o problema do crime organizado transfronteiriço.** *Meridiano 47 (UnB)*, v. 11, nº 118, 2010.

GAIO, Gabrieli. **A destituição de Lugo: atores e eventos.** *Observador On-line Dossiê Paraguai.* vol.7, n. 6, jun. 2012.

GIRALDI, Renata. **Suprema Corte autoriza Lugo a disputar vaga para o Senado em 2013.** *EBC.* Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2012/07/suprema-corte-autoriza-lugo-a-disputar-vaga-para-o-senado-em-2013>>. Acesso: 23/07/2012

GOIRIS, Fábio Aníbal Jará. **Autoritarismo e Democracia no Paraguai Contemporâneo.** Curitiba: UFPR, 2000.

G1MUNDO. **Hugo Chávez interrompe envio de petróleo da Venezuela ao Paraguai.** *G1.* Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2012/06/hugo-chavez-interrompe-envio-de-petroleo-da-venezuela-para-o-paraguai.html>>. Acesso em: 22/07/2012

G1MUNDO. **Dilma reúne três ministros para discutir situação política do Paraguai.** *G1*. Disponível em: <<http://m.g1.globo.com/politica/noticia/2012/06/dilma-reune-tres-ministros-para-discutir-situacao-politica-do-paraguai.html>>. Acesso em: 24/07/2012.

IPEA. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília: Ipea: ABC, 2010.

JULIANO, Carolina. **Ex-bispo Fernando Lugo vence as eleições no Paraguai e põe fim a 61 anos de domínio colorado.** *uol*. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/especial/2008/eleicaoparaguai/2008/04/20/ult5851u33.jhtm>>. Acesso em: 23/07/2012

LEWIS, Paul H. **Paraguay bajo Stroessner.** México, México D. F: Fondo de Cultura Económica, 1986.

LIMA, Maria Regina Soares de. **Precedente Perigoso.** *Observador On-line Dossiê Paragua*. vol.7, nº6, 2012.

MONFORTE, Carlos. **Lugo vai recorrer à Corte Interamericana para tentar voltar à presidência do Paraguai.** *Globonews*. Disponível em: <<http://globotv.globo.com/globo-news/jornal-das-dez/t/opiniao/v/lugo-vai-recorrer-a-corte-interamericana-para-tentar-voltar-a-presidencia-do-paraguai/2015104/?filtro=carlos-monforte>>. Acesso em: 25/07/2012

MORAES, Ceres. **Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner (1954 - 1963).** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

OLIVEIRA, Arthur. **A outra História de ITAIPU.** *Revista Interesse Nacional IN DEFESANET*. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/5648/A-outra-Historia-de-ITAIPU>> Acesso em: 23/07/2012

OESP, Agência Estado. **Lugo decreta estado de sítio em 2 regiões do Paraguai.** *OESP*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,lugo-decreta-estado-de-sitio-em-2-regioes-do-paraguai,783579,0.htm>>. Acesso em: 23/07/2012

OESP, Jornal. **Crise energética Argentina também afeta o Paraguai.** *OESP*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,crise-energetica-argentina-tambem-afeta-o-paraguai,18490,0.htm>>. Acesso em: 23/07/2012

OPERAMundi. **Missão da União Europeia analisa crise paraguaia com líderes sociais.** *OPERAMundi*. Disponível em:

<<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/23065/missao+da+uniao+europeia+analisa+crise+paraguaia+com+lideres+sociais.shtml>> Acesso em: 21/07/2012

PALACIOS, Ariel. **Unasul decide suspender Paraguai do bloco.** *OESP*. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,unasul-decide-suspender-paraguai-do-bloco,893680,0.htm>> Acesso em: 21/07/2012

PATRIOTA, Antônio. **Diplomacia não é publicidade.** *Isto é*. Disponível em: <[http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/223010\\_DIPLOMACIA+NAO+E+PUBLICIDADE+](http://www.istoe.com.br/assuntos/entrevista/detalhe/223010_DIPLOMACIA+NAO+E+PUBLICIDADE+)> Acesso em: 22/07/2012

PECEQUILO, Cristina S. & HAGE, José Alexandre Altahyde. **Dilemas Sul-americanos: o Brasil, o Paraguai e Itaipu.** *Meridiano 47*. v. 84, 2007.

SILVA, André Luiz Reis da & RODRIGUES, Kamila Dalbem. **As relações Brasil-Paraguai com a ascensão de Fernando Lugo.** *Revista Conjuntura Austral*. Vol. 1, n. 1, 2010.

VEJA.Revista. **Paraguai investiga Venezuela por tentativa de golpe militar.** *Revista Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/paraguai-investiga-maduro-por-convocar-militares-para-defender-lugo>>. Acesso em: 23/07/2012

VEJA, Revista. **Fernando Lugo é cassado e deixa Presidência do Paraguai.** *Revista Veja*. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/internacional/fernando-lugo-e-cassado-e-deixa-presidencia-do-paraguai>>. Acesso em: 23/07/2012

*Artigo recebido dia 27 de julho de 2012. Aprovado em 28 de agosto de 2012.*

## **RESUMO**

Nas últimas semanas, o Paraguai tem vivenciado uma profunda crise política interna devido à destituição do Presidente Fernando Lugo, com graves repercussões nas relações internacionais na América do Sul. O objetivo do presente trabalho é fazer uma análise prospectiva dos impactos da atual conjuntura política paraguaia sobre as relações brasileiro-paraguaias. Para tanto, faz-se necessária uma análise sucinta das causas da destituição de Lugo e das suas repercussões internacionais.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Paraguai, Lugo, Política Externa Brasileira.

## **ABSTRACT**

In recent weeks, Paraguay has experienced a profound internal political crisis due to the destitution of President Fernando Lugo, with serious repercussions on the international relations in South America. The object of this study is to do a prospective analysis of the impacts of the current political situation in Paraguay on the Brazilian-Paraguayan relations. Therefore, it is necessary to do a brief analysis of the causes of the dismissal of Lugo and its international repercussions.

## **KEYWORDS**

Paraguay, Lugo, Brazilian Foreign Policy.